6. CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA

- **Marco constitucional**

- **“SEÇÃO IX: DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da **administração direta e indireta**, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, **aplicação das subvenções e renúncia de receitas**, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante **controle externo**, e pelo sistema de **controle interno** de cada Poder.

Art. 70 da Constituição (continuação)

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumas obrigações de natureza pecuniária.”

- **Legalidade:** a despesa deve estar de acordo com as normas previstas na Constituição e na LRF (Previsão orçamentária).
- **Legitimidade:** eficiência do gasto em atender as necessidades públicas. Análise de mérito: verificar se a despesa atingiu o objetivo pretendido.
- **Economicidade:** alcançar o objetivo da despesa com o menor custo possível. Relação benefício/custo para alcançar a finalidade pretendida.

- **Renúncia de Receita: art. 14 da LRF**

* Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária: anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

* Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

- **Renúncia de Receita: art. 14 da LRF**
(continuação)

* Medidas de compensação: aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

* Atender ao disposto na LDO.

- **Subvenção:** transferência de recursos a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.

* Vale mais a pena para o Estado conceder a subvenção do que executar a tarefa.

* Sempre será objeto de fiscalização.

• Controle Externo

- **Poder Legislativo:** por si e através do Tribunal de Contas.
- **Comissão mista** permanente de Senadores e Deputados: examinar e emitir pareceres (a) sobre projetos de leis orçamentárias e contas apresentadas pelo Presidente da República e (b) acerca dos planos e programas previstos na Constituição (art. 166, § 1º da CF/88).

- **Controle Externo** (continuação)

- **Tribunal de Contas:** órgão auxiliar do Poder Legislativo que tem por competência fiscalizar as despesas da administração, com vistas ao reconhecimento e apuração de ilegalidades e irregularidades. Órgão técnico, que julga contas, produz pareceres e realiza inspeções (art. 71 da CF/88).

- * As regras do TCU também devem ser aplicadas aos tribunais de contas estaduais, do DF e dos municípios (art. 75 da CF/88).

- **Tribunal de Contas** (continuação)
 - * Composição do TCU: art. 73 da CF/88
 - * Competências do TCU: art. 71 da CF/88
 - * Art. 59 da LRF - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta LC, com ênfase em:

- I - atingimento das metas estabelecidas na LDO;
- II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite;
- IV - providências para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta LC;
- VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

• Controle Interno

- Feito pelo próprio órgão público: autotutela da legalidade e da eficácia da gestão financeira (art. 74 da CF/88)

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo.

- Obrigatoriedade de dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

- **Controle Privado:** art. 74, § 2º da CF/88

- “§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

- **Controle Privado** (continuação)

- Art. 73-A da LRF: “Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar.”